

Os prós e os contras da internet para a comunicação comunitária: seu uso aplicado em comunidades periféricas

Michelly Xavier Costa¹
Adriana Prest Mattedi²

Resumo

A principal característica da comunicação comunitária é ser feita pelo povo e para o povo. Seu objetivo é estimular a educação, a cultura e a valorização da cidadania. Nesse contexto, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) sempre foram utilizadas por iniciativas comunitárias para a busca de melhores condições de vida, para mudar a realidade local e para promover o debate e a reflexão sobre os problemas comunitários. O uso da internet por essas iniciativas criou oportunidades que as velhas TICs não proporcionaram. Contudo, a internet também possui características que dificultam seu uso. Sendo assim, esse artigo analisa, por meio de pesquisa bibliográfica, os prós e contras do uso da internet como ferramenta de voz para comunidades periféricas. A principal conclusão é que, apesar das oportunidades que a internet pode promover, seu uso não é garantia de desenvolvimento e suas utilizações estão longe de serem ideais para a comunicação comunitária em comunidades periféricas.

Palavras-chave: Internet; Comunidades periféricas; Comunicação alternativa; Comunicação comunitária. TIC.

Abstract

The main characteristic of community communication is to be done by the people and for the people. Its objective is to stimulate education, culture and the valorization of citizenship. In this context, Information and Communication Technologies (ICTs) have always been adopted by community initiatives to seek better living conditions, to change the local reality and to promote debate and reflection about community problems. The use of the Internet by these initiatives has created opportunities that the old ICTs have not provided. However, the Internet also has features that make its use difficult. Therefore, this article analyzes, by means of a bibliographic research, the pros and cons of using the internet as a voice tool for peripheral communities. The main conclusion is that despite the opportunities that the Internet can promote, its use is not guarantee of development and the usage is far from ideal for community communication in peripheral communities.

Keywords: Internet; Peripheral communities; Alternative communication; Community communication; ICT.

¹ Mestra em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade, pela Universidade Federal de Itajubá,

² Docente da Universidade Federal de Itajubá. E-mail: amattedi@unifei.edu.br

Introdução

Apesar das mudanças que o processo de produção e divulgação de notícias tem passado, ainda continua sendo pequeno o espaço que as comunidades periféricas ocupam na mídia tradicional. Em contrapartida, as iniciativas de comunicação comunitária sempre buscaram utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para atingirem seus propósitos de incentivarem a educação, a cultura e o senso de cidadania, buscando melhorar a realidade da comunidade onde estão inseridas.

Nesse cenário, a internet surge como ferramenta para que iniciativas de comunicação comunitária consigam voz, uma vez que essa tecnologia tirou o cidadão comum do papel de apenas consumidor de informação para o de produtor. De acordo com Ramalho (2015), o baixo nível hierárquico e a estrutura horizontal e interligada da internet possibilitam que os cidadãos tenham a voz que nunca tiveram, permitindo que essas iniciativas de comunicação comunitária sejam repensadas.

Assim, esse artigo analisa, por meio de pesquisa bibliográfica, os prós e os contras da internet como ferramenta de voz para comunidades periféricas, com o objetivo de compreender como iniciativas de comunicação nessas comunidades podem aproveitar as vantagens da internet e lidar com os contras dessa tecnologia. Conhecer melhor a internet é importante para o fomento de novas iniciativas, com mais informações e embasamento para a mudança da realidade local e o empoderamento das comunidades, principalmente nesse momento, em que as tecnologias *mobile* estão cada dia mais presente na vida da população.

Conceituação de comunicação comunitária

Antes de expor as características da comunicação comunitária, é necessário entender o meio em que ela ocorre: as comunidades. Os conceitos acerca do termo “comunidade” são inúmeros e vêm passando por mudanças. Apesar das várias visões sobre o significado de comunidades, há um sentimento de que uma comunidade é baseada em relações de proximidade, reciprocidade, preocupação com o coletivo,

interesses comuns e uma tentativa de resgatar a solidariedade humana e a organicidade social perdida (PAIVA, 2003).

Com o avanço das tecnologias, um novo conceito de comunidade também aparece, são as comunidades virtuais. Essas baseadas na desterritorialização, centros de interesses comuns e em relações transversais e livres, e não nas relações institucionais, na proximidade territorial ou nas relações de poder, como acontece nas comunidades *off-line* (LÉVY, 1999).

Todas as mudanças no estilo de vida e nas tecnologias deixaram o entendimento acerca do termo “comunidade” mais complexo. As comunidades tornaram-se mais permeáveis e a noção de territorialidade não pode mais ser o foco da discussão. É possível fazer parte de uma comunidade mesmo à distância, participar de suas questões e atuar nos seus processos de transformação.

E foi buscando realizar transformações nas realidades de suas comunidades que, nos anos de 1970 e 1980, os movimentos sociais brasileiros e da América Latina começaram a utilizar os meios de comunicação como instrumentos alternativos para difundir informações pertinentes às suas causas (PERUZZO, 2006). Com a evolução tecnológica, as ferramentas de comunicação se tornaram mais acessíveis e as rádios comunitárias começaram a surgir em vários locais. Outras tecnologias também passaram a ser utilizadas para a comunicação comunitária, como os impressos e, mais recentemente, a internet e as redes sociais (RAMALHO, 2015).

Para ser considerada comunitária, Marques de Melo (1981) diz que os meios de comunicação precisam ser um autêntico meio de representação da comunidade, produzido por e para ela. Peruzzo (2006) corrobora com a afirmação de Marques de Melo e destaca que, apesar de todas as mudanças tecnológicas, o objetivo da comunicação comunitária continuou sendo o de modificar a realidade local, tendo o povo como foco e buscando a transformação da realidade e das condições injustas de vida da população, tirando o povo do *status quo* e incentivando a busca pelas liberdades instrumentais. A autora ainda coloca que é necessário saber distinguir a apropriação de um espaço do que é aceitável para a comunicação comunitária, que para Peruzzo (2007, p.5) tem seus alicerces nos princípios de comunidade, sendo eles, a

participação ativa, horizontal e democrática dos cidadãos; na propriedade coletiva; no sentido de pertença que desenvolve entre os membros; na corresponsabilidade pelos conteúdos emitidos; na

gestão partilhada; na capacidade de conseguir identificação com a cultura e interesses locais; no poder de contribuir para a democratização do conhecimento e da cultura. Portanto, é uma comunicação que se compromete, acima de tudo, com os interesses das “comunidades” onde se localiza e visa contribuir na ampliação dos direitos e deveres de cidadania.

As informações oferecidas pelos meios comunitários, considerando o conteúdo, podem apresentar um discurso diferente dos meios tradicionais. Friedland (2001) fala sobre a utilização da informação de forma diferenciada, já que, como diz o autor, grande parte da mídia consumida localmente não é local e com a popularização da internet esse limite entre local e nacional ficou ainda mais turvo. Os conteúdos transmitidos pelos meios de comunicação comunitários também podem contribuir com o fortalecimento da cidadania, uma vez que podem facilitar a compreensão das relações sociais, da estrutura do poder, dos assuntos públicos, além de poderem esclarecer sobre direitos e discutir os problemas locais (PERUZZO, 2002).

Gumucio-Dagron (2011) lista cinco características para que a comunicação possa ser utilizada para contribuir com a mudança social e o desenvolvimento, são elas: participação comunitária e apropriação; língua e pertinência cultural; geração de conteúdos locais; uso de tecnologias apropriadas; convergências e redes. O autor afirma que sobram experiências de comunicação que fracassam devido à falta de comprometimento dos atores sociais e que apenas o acesso à tecnologia não garante que essas iniciativas tenham sucesso. A respeito da língua e da pertinência cultural, Gumucio-Dagron (2011) ressalta que é necessário que os meios de comunicação que pretendem provocar mudanças sociais levem em consideração às particularidades culturais e linguísticas de cada local. Para o autor, os conteúdos desses meios devem ser próprios e a arrogância deve ser deixada de lado para que seja possível promover a troca de conhecimentos em condições equitativas. Em relação ao uso das tecnologias, Gumucio-Dagron (2011) alega que elas devem ser utilizadas de acordo com as necessidades de cada processo comunicacional. Sendo assim, as tecnologias não devem ser mistificadas e encaradas como soluções, mas como instrumentos. Ao citar a convergência e as redes, Gumucio-Dagron (2011) se refere ao diálogo que as iniciativas devem ter com experiências semelhantes, já que experiências isoladas são menos propensas a crescerem e a serem sustentáveis, por conseguinte, a rede ajuda na consolidação das iniciativas que se tornam mais ricas com as trocas.

Peruzzo (1999) diz que a participação da comunidade na comunicação é um mecanismo facilitador da ampliação da cidadania, já que possibilita que as pessoas se tornem sujeitos das atividades de ação comunitária e permite que participem diretamente do planejamento, produção e gestão.

Os impactos da internet na sociedade

Neste trabalho é considerada a definição da United Nations Development Programme (UNDP, 2001) que divide as tecnologias de informação e comunicação em “velhas TICs” (rádio, televisão, telefone, entre outras) e “novas TICs” (computadores, satélites, Internet, entre outras), sendo que serão analisados apenas os prós e os contras do uso da internet, por se tratar de uma tecnologia que está cada dia mais acessível para a população, além de ter mudado a forma como as pessoas se relacionam e a forma de fazer e divulgar notícias.

A transição das tecnologias analógicas para as digitais mudou a velocidade e a forma como as pessoas se relacionam e se comunicam. A internet foi uma das principais responsáveis por essa mudança. Sua popularização fez com que os computadores se tornassem objeto de desejo. Entretanto, foi com os *smartphones* que a internet conseguiu alcançar áreas onde o acesso por computador ainda era difícil, seja pelo preço do equipamento ou pelas dificuldades ocasionadas pela falta de infraestrutura adequada. De acordo com a Pesquisa TICs Domicílios 2016, realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), 43% dos internautas brasileiros acessam a internet apenas pelo celular, número mais significativo do que os 6% que utilizam apenas o computador de mesa. Ainda, de acordo com a mesma pesquisa (CETIC.BR, 2017), 51% dos usuários utilizam ambas as tecnologias para o acesso. Os dados da pesquisa foram coletados entre novembro de 2016 e junho de 2017.

Junto com a internet, o termo “redes sociais” ganhou destaque. Apesar de atualmente ter seu significado quase que unicamente ligado às relações que ocorrem no meio digital, o termo é mais antigo do que a criação da internet. Uma rede social é definida como um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos; os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais) (RECUERO, 2009, *apud* WASSERMAN e FAUST, 1994; DEGENNE e FORSE, 1999). Pode-se

considerar que as redes sociais nasceram da necessidade dos homens de se comunicarem, de compartilharem experiências, informações, conhecimentos, interesses e de criarem laços. O termo se refere à interação e troca social, sendo bem mais amplo do que as redes sociais da internet. Dessa forma, as redes sociais são qualquer grupo que compartilhe de um interesse em comum, um ideal, uma preferência, virtualmente ou não.

Já as redes sociais digitais são serviços que permitem que os usuários tenham um perfil (público ou semi-público), possam se conectar com outros usuários e visualizá-los dentro do sistema (ELLISON, 2007). Por volta da segunda metade da década de 90, a internet se tornou mais acessível e passou a estar presente na vida das pessoas, aumentando o número de usuários das redes sociais digitais. A partir daí, inúmeros sites surgiram com a intenção de reunir amigos, compartilhar músicas, fotos, vídeos, manter relações de trabalhos, entre outros. Já em 2015, a média de tempo gasto por brasileiros era de 21,2 minutos por visita às redes sociais, número 60% maior do que a média mundial (COMSCORE, 2015).

As mudanças provocadas pela internet não estão restritas ao meio ou aplicativos que as pessoas utilizam para se comunicarem. De acordo com Ramos e Ramos (2016), o próprio uso dos *smartphones* e dos aplicativos tem tornado a comunicação híbrida, irreverente e tem colaborado para a substituição da linguagem estritamente verbal e formal por uma baseada no uso de imagens ou na soma desses dois tipos de linguagens. Essas mudanças fazem com que os textos sejam menos densos, o uso de imagens se popularize, e as palavras passem por um processo de redução. Ramos e Ramos (2016, p.3) também enfatizam que “é possível observar a intensa substituição da escrita formal pelo uso de imagens — os *emoticons* — e de reduções das palavras, além da grande frequência de textos de cunho humorístico e satírico”.

O processo de difusão da informação também passou por mudanças. Hoje, além de utilizarem a internet para fins pessoais e profissionais, as pessoas também a utilizam como meio para divulgar causas, convocar mobilizações e fazer reivindicações. Esse movimento também pode ser chamado de ativismo *online*. Como exemplo, têm-se os movimentos Primavera Árabe e Occupy Wall Street que utilizaram as redes sociais como principal meio de divulgação de suas causas (MALINI; ANTOUN, 2013). No Brasil, não é diferente. As manifestações de junho de 2013, que

começaram contra o aumento da tarifa dos transportes públicos e desencadearam a reivindicação de outras causas, foram mobilizadas principalmente pela internet e de acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (2013), em pesquisa realizada com 2002 manifestantes, com 14 anos ou mais, com exclusividade para o programa de TV Fantástico, as redes sociais foram o meio pelo qual 63% dos participantes souberam das manifestações do dia 20 de junho de 2013, sendo que 75% dos respondentes utilizaram alguma rede social para convocar outras pessoas para esta manifestação (VEJA..., 2013).

Além de facilitar o acesso à informação, a internet possibilitou que as informações circulassem mais rapidamente, proporcionando a discussão e a propagação de ideias entre várias pessoas ao mesmo tempo. Ao utilizarem a internet como forma de divulgação, os movimentos populares conseguem sua independência da mídia tradicional. Assim, as iniciativas populares também contribuem para que uma nova fonte de informação seja criada, diminuindo a dependência das pessoas em relação aos meios tradicionais de informação (MORAES, 2001).

Apesar das mudanças provocadas pela popularização da internet, é importante lembrar que ela não substituiu as velhas TICs, ela apenas supriu algumas lacunas existentes.

Análise dos prós e contras do uso da internet como ferramenta de voz para comunidades periféricas

O potencial da internet mudou também a forma de fazer comunicação comunitária. Porém, essas mudanças possuem pontos positivos e negativos, especialmente em comunidades periféricas, que historicamente são marginalizadas e, muitas vezes, esquecidas pela grande mídia. Sendo assim, os prós e os contras do uso da internet para que essas comunidades produzam comunicação comunitária serão discutidos a seguir.

Os prós

A principal mudança que a internet proporcionou foi a acessibilidade aos meios de produção de conteúdo. A participação das pessoas no processo de comunicação

foi modificada e hoje é possível que qualquer cidadão se torne um emissor de conteúdo, saindo, assim, da função passiva de apenas receptor. Como resultado, tem-se a possibilidade de que os cidadãos tenham a representatividade que não é oferecida pelos meios de comunicação de massa, que geralmente tratam de assuntos ligados às grandes capitais, deixando de lado temas de interesse local que surgem de necessidades práticas dos moradores.

Recuero (2011, p.1) diz que “cada ator conectado à rede é, assim, um emissor em potencial, capaz de atuar no contexto desses fluxos informativos, construindo, modificando e divulgando informação”, o que coloca em questionamento o poder de informação dos meios de comunicação de massa. Os *creators*, ou criadores de conteúdo, e os *digital influencers* são exemplos de como o poder da informação saiu das mãos da imprensa. Esses novos profissionais aproveitaram as possibilidades proporcionadas pela internet e se apropriaram da capacidade de alcance global e interatividade do meio.

O caminho da notícia que antes começava com o jornalista, passava pela criação da notícia e pela publicação no jornal para depois chegar ao leitor mudou e hoje a facilidade de acesso aos meios de divulgação, de utilização dos equipamentos e dos softwares, de acesso a celulares e câmeras fez com que os modelos de jornalismo alternativos, que não são produzidos exclusivamente por jornalistas, ganhassem força indicando a existência de espaço para cidadãos com outra, ou nenhuma, formação (PRIMO; TRÄSEL, 2006).

As velhas TICs, como o rádio, a TV e o jornal impresso, necessitam de um investimento maior do que a internet para que um material seja produzido. Em uma análise do jornal comunitário “A notícia por quem vive”, produzido na Cidade de Deus, Gonçalves, Perissé e Melo (2013) falam sobre a dificuldade dos responsáveis pelo jornal comunitário com a diagramação, uma vez que os membros participantes não possuíam o conhecimento técnico necessário, e a dificuldade financeira para arcar com os custos da impressão.

Nas velhas TICs, o custo dos equipamentos é mais alto do que o custo do serviço de conexão e dos aparelhos utilizados para acesso à internet. Esse fator pode ser decisivo para a escolha desse meio para produção de conteúdo, principalmente quando consideradas as comunidades periféricas, onde, comumente, o poder aquisitivo é menor. Além do custo mais baixo, Ramalho (2015) cita a não necessidade

de autorização legal para serem utilizadas³ e a melhora e barateamento dos serviços de conexão, assim como os equipamentos utilizados, (computadores, notebooks e *smartphones*) como fatores que colocam as novas TICs como ferramentas alternativas para a comunicação em comunidades.

O uso da internet, por meio da conectividade e inclusão que proporciona, também tem potencial para causar grandes impactos nos princípios de identidade coletiva, comunidade e democracia por meio dos ciberativistas, os quais, para Malini e Antoun (2013, p.24), “são sujeitos aparelhados e interfaceados (em sites, blogs e perfis em redes sociais, etc.) que buscam, fora do *modus operandi* dos veículos de massa, produzir uma comunicação em rede que faz alimentar novos gostos, novas agendas informativas e novos públicos”.

Não são poucos os exemplos de iniciativas brasileiras que utilizam a internet para mostrarem a realidade onde estão inseridas, para dialogarem com a comunidade e provocarem a reflexão e o debate de assuntos de interesse local. Um dos exemplos é o Voz das Comunidades, que começou em 2005, ainda como um jornal impresso. Hoje a iniciativa, apesar de ainda manter o material impresso, aproveita as facilidades da internet e conta com um site (www.vozdascomunidades.com.br) e redes sociais, onde são divulgadas notícias sobre o Complexo do Alemão, Complexo da Maré, Fumacê, Cidade de Deus, Vila Kennedy, Vidigal, Cantagalo, Morro da Formiga, Morro do Borel e Pavão-pavãozinho, todas elas favelas cariocas. O Voz também tem com parceria com outras iniciativas de comunicação de favelas cariocas para obtenção de informações e produção das notícias, o que mostra o poder de conexão que a internet fornece para pessoas que se interessam por uma mesma causa, possibilitando uma união que, talvez, não seria possível sem esse aparato tecnológico.

Os contras

Apesar das facilidades e oportunidades que a internet proporciona, ainda há muitas barreiras que comunidades periféricas precisam ultrapassar para utilizar toda

³ Diferentemente do que acontece com as rádios comunitárias, que necessitam de autorização para funcionarem de forma legal. A Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, determina que para as rádios comunitárias obterem a autorização de funcionamento o serviço de difusão precisa ser prestado por associações e fundações sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação de serviço, opere em baixa potência (25 Watts) e com cobertura restrita a um raio de 1km a partir da antena transmissora.

a potencialidade da internet e para que ela seja, efetivamente, uma ferramenta de vozes locais.

Os algoritmos das redes sociais são um dos obstáculos, uma vez que eles fazem com que os usuários recebam conteúdos de acordo com suas preferências, alinhamento e comportamento *on-line*, o que dificulta que recebam informações e opiniões contrárias às suas orientações. As redes sociais são capazes, por exemplo, de coletar dados do comportamento dos internautas e dos seus contatos e, com isso, oferecer informações limitadas às preferências de cada um. Pesquisa realizada pelo Instituto Reuters (2016) mostrou que, apesar das preocupações que as pessoas têm com o fato dos algoritmos selecionarem o que elas irão ler, parte dos entrevistados se sente confortável em receber notícias baseadas em três fatores: o que eles leram antes (36%), no julgamento de editores ou jornalistas (30%) e no que os amigos estão consumindo (22%).

Essa realidade pode ocasionar a bolha digital, ou bolha dos filtros, como é chamada por Pariser (2012). O autor define, como bolha dos filtros, o universo de informações criado para cada um, por meio dos filtros *on-line*, e que muda a maneira das pessoas se depararem com ideias e informações. O autor diz ainda que cada um está sozinho nessa bolha; que ela é invisível, ou seja, que as pessoas acreditam que as informações que recebem são imparciais, porém, é quase impossível saber o grau de imparcialidade de uma bolha de filtros; e que as pessoas não escolhem entrar na bolha. Para Pariser (2012), o fato de as pessoas receberem incontáveis informações todos os dias faz com que aceitem os filtros, já que esses facilitam o encontro de informações que realmente interessam ao usuário, pelo menos em teoria.

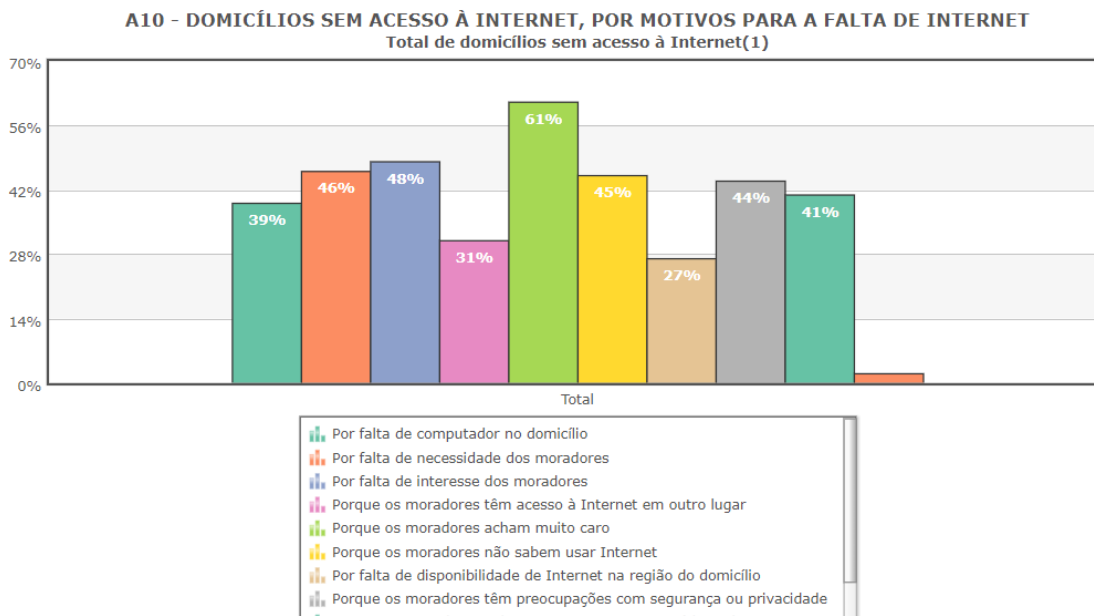
Outro ponto a se destacar é que o acesso às informações dos usuários gera receitas advindas de anúncios *online*. Essa personalização e filtragem das informações possui um custo ao usuário, que cede às empresas dados sobre a sua vida, esses usados para traçar estratégias comerciais. Pariser (2012, p. 10) ainda diz que a fórmula usada por essas empresas é de que “quanto mais personalizadas forem suas ofertas de informação, mais anúncios eles conseguirão vender e maior será a chance de que você compre os produtos oferecidos”.

Mesmo com os problemas que as novas TICs apresentam, os números acerca delas fizeram com que essas tecnologias fossem cogitadas por estudiosos como instrumento para propiciar o desenvolvimento, o crescimento econômico, a melhoria

das condições sociais e a inclusão. Todavia, as tecnologias não podem ser consideradas a única saída para a organização, mobilização e informação de uma comunidade. López *et al* (2011) ressaltam que as TICs somente serão verdadeiros instrumentos para o desenvolvimento quando houver políticas que assegurem a igualdade de oportunidades. Até que isso ocorra, elas fomentarão o desenvolvimento de uma parcela da população enquanto marginalizam a parcela que não possui condições privilegiadas.

De acordo com Avgerou (2003), desde o surgimento do computador, a oportunidade de uso das tecnologias para o desenvolvimento tem sido discutida e “existe a preocupação de que os países em desenvolvimento estejam privados das oportunidades de crescimento econômico e de melhoria de vida geralmente apreciado por economias avançadas, devido à escassez de TIC, especialmente a conectividade limitada da Internet” (AVGEROU, 2003, p.2). Essa limitação em relação à possibilidade de utilização da internet está presente no Brasil, uma vez que 33% dos domicílios ainda não têm acesso, de acordo com a Pesquisa TICs Domicílios 2018, (CETIC.BR, 2020). A falta de conexão não atinge apenas as regiões remotas, ela está presente também em grandes cidades, principalmente nas favelas. Na Figura 1, é possível conhecer os principais motivos para a falta de internet no país. O valor dos serviços de conexão é o motivo mais citado (61%), o que demonstra que o serviço ainda é muito caro para uma significativa parcela da população.

Figura 1 – Domicílios sem acesso à internet, por principal motivo

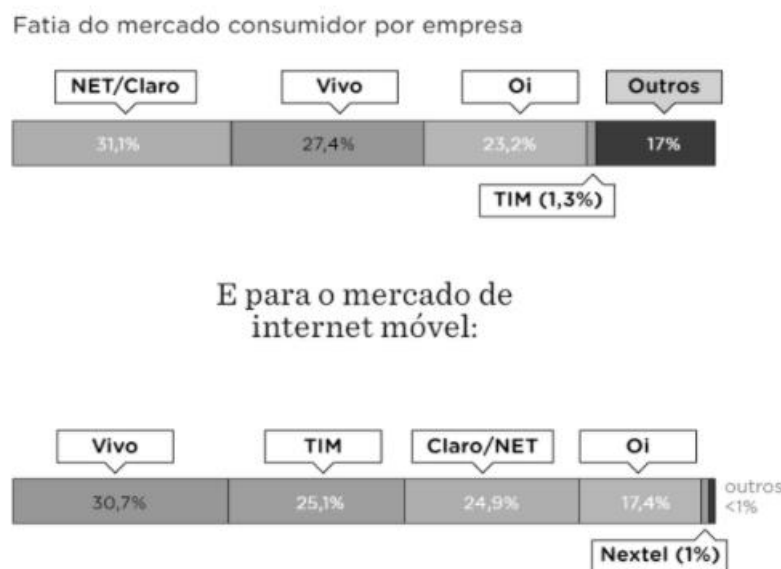


Fonte: Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (2020).

Outro fator importante para a falta de acesso à internet é a ausência da infraestrutura necessária. Como também pode ser visto na Figura 1, a falta de internet na região é motivo para 27% dos entrevistados não terem internet em casa. As favelas e periferias das grandes cidades, apesar de estarem próximas aos serviços, às vezes não possuem a oferta tradicional de provedores de internet. De acordo com dados do Nexo Jornal (2017), em um especial produzido pela Escola de Jornalismo Énois e data_labe, apenas uma pequena parte do Complexo de Favelas da Maré, no Rio de Janeiro, conta com um serviço de conexão tradicional, o que deixa grande parte da comunidade subconectada e tendo que recorrer aos planos de internet móvel ou conexão clandestina. Problema parecido se repete na favela de Paraisópolis, localizada ao lado do bairro Morumbi, um dos mais nobres de São Paulo, onde apenas uma das grandes empresas de telecomunicação está presente.

A falta de opção em relação à escolha do provedor de internet é outro problema existente no país. Atualmente, quatro grandes empresas controlam o mercado, a porcentagem da fatia de mercado de cada uma delas pode ser conferida na Figura 2.

Figura 2 – Mercado de Internet no Brasil



Fonte: Nexo Jornal (2017)

O oligopólio na prestação de serviço impacta negativamente tanto no preço quanto na questão da instalação de infraestrutura em locais de difícil acesso ou considerados não interessantes para essas empresas, uma vez que não há competição no mercado.

Essa desigualdade de acesso e de capacidade de utilização é discutida na literatura como *gap* digital. Esse *gap* é resultado de diferentes recursos socioeconômicos, cognitivos e culturais. De acordo com Crovi (2002), o *gap* digital tem pelo menos três dimensões: a tecnológica, de conhecimento e de participação. A dimensão tecnológica diz respeito à infraestrutura necessária para uma sociedade da informação e do conhecimento; a dimensão de conhecimento refere-se às habilidades que os indivíduos devem ter para se apropriarem das ferramentas tecnológicas e conseguirem utilizá-las nas suas práticas cotidianas; e a dimensão de participação está ligada aos recursos que podem ser utilizados para que indivíduos e nações tenham oportunidades iguais de demonstrar, participar e intervir nas decisões globais da sociedade.

Outro problema existente quando falamos do uso da internet para melhorar a comunicação e a qualidade de vida das pessoas em comunidades, é a falta de aproveitamento desse potencial, mesmo por quem possui conhecimento sobre as novas tecnologias de informação e comunicação (MELO, 2002). Ramalho (2015)

também fala sobre a dificuldade de exploração do potencial das novas TICs. Para ele, os novos usuários têm dificuldade de enxergar essas tecnologias para a busca de informações relevantes que possibilitem a transformação da realidade local e a solução dos problemas comunitários, ficando na zona de conforto de consumidores de conteúdo midiático.

Considerações finais

As mudanças provocadas pela internet impactaram significativamente o cotidiano da população. A forma das pessoas de comunicarem, de escreverem, de compartilharem notícias mudou. Sendo assim, não é possível que iniciativas de comunicação comunitária ignorem as novas possibilidades proporcionadas por esse meio, uma vez que seu crescimento segue constante. Além disso, o baixo investimento necessário, se comparado com o das velhas TICs, facilita para que comunidades com poder aquisitivo mais baixo consigam utilizar a internet para a comunicação comunitária. Essa utilização permite que as comunidades periféricas tenham suas causas expostas sem a necessidade de depender da grande mídia, ganhando, assim, voz e potencial de ação junto aos moradores e ao poder público. Porém, apesar das oportunidades oferecidas pela internet, ainda há muitas limitações, seu uso não é garantia de desenvolvimento e suas utilizações estão longe de serem ideais para a comunicação comunitária em comunidades periféricas.

Para que os contras da internet sejam minimizados é importante que esses problemas sejam discutidos, que sejam exigidas políticas públicas de acessibilidade à internet, que haja uma maior e melhor oferta de serviços de conexão e que aconteça a alfabetização midiática e informacional da população, para que as pessoas consigam não apenas o acesso à informação, mas também tenham a capacidade de avaliação e do uso ético dessa informação, a capacidade de compreensão das funções da mídia, para que consigam avaliar como essas funções são desempenhadas e, assim, possam engajar-se racionalmente.

Em suma, se as tecnologias forem utilizadas de maneira consciente, levando em consideração os membros da comunidade em que as iniciativas comunitárias estão inseridas, a infraestrutura disponível, os custos, a variedade e qualidade do conteúdo que será produzido e a competência técnica dos responsáveis, elas podem

ser importantes aliadas para a valorização da educação, da cultura e do senso de cidadania no local.

Referência

AVGEROU, C. The link between ICT and economic growth in the discourse of development. *LSE Research Online* 2003.

Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br). *Pesquisa TICs Domicílios 2016*. Disponível em: http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM. Acesso em: 15 nov 2017.

_____. *Pesquisa TICs Domicílios 2018*. Disponível em: http://data.cetic.br/cetic/explore?idPesquisa=TIC_DOM. Acesso em: 28 ago 2020.

COMSCORE. *Futuro Digital em Foco Brasil 2015*. 2015. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/layout/set/popup/Request/Presentations/2015/2015-Global-Digital-Future-in-Focus>. Acesso em: 15 out 2016.

CROVI, D. Sociedad de la información y el conocimiento. Entre el optimismo y la esperanza. In: *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 185, Año XLV. 2002.

ELLISON, N. B. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. In: *Journal of Computer-mediated Communication*. Volume 13, October 2007. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x/full>. Acesso em: 03 nov 2016.

FRIEDLAND, L.A. *Communication., Community, and Democracy: Toward a Theory of the Communicatively Integrated Community*. In: Conference held by Institute of Communication Research, SNU on June 5, 2001.

VEJA pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. Brasil. **G1**. São Paulo. 24 jun.2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 04 mai.2016.

GONÇALVES, M.; PERISSÉ, C.; MELO, R. S. A notícia por quem vive: o que fala um jornal comunitário na Cidade de Deus. In: *IV Conferência Sul-Americana e IX Conferência Brasileira de Mídia Cidadã*, Curitiba, PR, UFPR, 2013. Disponível em: <http://www.midiacidada.ufpr.br/wp-content/uploads/2013/09/A-not%C3%ADcia-por-quem-vive-o-que-fala-um-jornal-comunit%C3%A1rio-na-Cidade-de-Deus.pdf>. Acesso em: 08 nov 2017.

GUMUCIO-DAGRON, A. Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo Participativo. *Signo y Pensamiento* 58 · Eje Temático | pp 26-39 · volumen XXX · enero - junio 2011.

INSTITUTO REUTERS DE ESTUDOS SOBRE JORNALISMO. Digital News Report 2016. Disponível em: <http://www.digitalnewsreport.org/>. Acesso em: 10 fev 2017.
LÉVY, P. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

LÓPEZ, B. C. et al. *Enrédete. Tecnologías Comunitarias. Réplica de un proyecto sobre apropiación de las TIC en sectores marginados*. In: PERUZZO, C. M. K.; TUFTE, T.; CASANOVA, J. V. (eds). *Trazos de una otra Comunicación en América Latina: practicas comunitárias, teorías y demandas sociales*. ALAIC y Ediciones Uninorte, Barranquilla, Colombia. 2011.

MALINI, F.; ANTOUN, H. *A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais*. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARQUES DE MELO, J. *Comunicação e Libertação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
MELO, L. M. de. Novas tecnologias e comunicação comunitária. In: *Lumina*, Juiz de Fora, Facom/UFJF, v. 5, n. 1, jan./jun. 2002.

MORAES, D. *O Ativismo Digital*. 2001. Disponível em:
<http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acesso em 01 de maio de 2016.

NEXO JORNAL. *Conexão Quebrada*, por Escola de Jornalismo Énois e data_labe, 29 de novembro de 2017, Especial. Disponível em:
<https://www.nexojornal.com.br/especial/2017/11/29/Conex%C3%A3o-Quebrada>. Acesso em: 29 nov 2017.

PAIVA, R. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo*. 2ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

PARISER, E. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você*. 2012. Rio de Janeiro, Brazil: Zahar.

PERUZZO, C. M. K. *Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania*. Texto apresentado no *V Simpósio de Pesquisa em Comunicação do Centro-Oeste*, realizado em Goiânia, entre 20 a 22 de maio de 1999.

_____. *Comunicação comunitária e educação para cidadania*. In: PCLA, Volume 4, número 1: outubro / novembro / dezembro, 2002. Disponível em:
<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>. Acesso em: 28 jun 2017.

_____. *Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. In: *XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, Brasília: 2006. INTERCOM/UnB - Núcleo de Pesquisa "Comunicação para Cidadania", 2006.

_____. *Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania*. In: *LUMINA Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação*, Juiz de Fora, MG, UFJF, 2007.

PRIMO, A ; TRÄSEL, M. R. Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. In: *Contracampo*, Niteroi, RJ, UFF, 2006.

RAMALHO, L.F. Comunicação Comunitária, Internet e Novas Tecnologias: Um Caminho Possível. In: *X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã*, Bauru, SP, Unesp, 2015. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2015/anais/DT4/DT4-2.pdf>. Acesso em: 28 out 2016.

RAMOS, P. É. G. T.; RAMOS, M. C. S. Whatsapp: comunicação, ubiquidade e minimalismo. *XIII Evidosol E X Ciltec-Online*. 2016.

RECUERO, R. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____. "Deu no Twitter, alguém confirma?" Funções do jornalismo na era das redes sociais. 9º. Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, novembro de 2011.

UNDP Evaluation Office, Information Communications Technology for Development. *UNDP Essentials: Synthesis of Lessons Learned*. New York, 2001.